

AO  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECURÁRIA (MAPA)  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Processo administrativo: 21000.028664/2023-16

**Assunto:** Impugnação

Prezados (as), integrantes da comissão de licitação,

A empresa **ROCHA BRESSAN ENERGIA E TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **26.415.117/0001-20**, por meio de seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente, protocolar pedido de **IMPUGNAÇÃO** ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026, que tem por objeto a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília – DF, conforme demonstrado abaixo.

A presente impugnação fundamenta-se em vício material processual decorrente da ausência de divulgação, no Edital, de documentação crítica de conformidade histórica e atual das salas cofres que serão entregues à contratada. Esta omissão afeta diretamente a capacidade de licitantes avaliarem riscos técnicos e precificarem adequadamente suas propostas, violando os princípios de transparência, boa-fé contratual e isonomia consagrados na Lei nº 14.133/2021.

#### **1 - AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE CONFORMIDADE: VÍCIO PROCESSUAL GRAVE QUE COMPROMETE PARTICIPAÇÃO EQUITATIVA**

O Edital e Termo de Referência exigem explicitamente que as licitantes comprovem capacidade técnica de manutenção de salas cofres, mas não disponibiliza informação essencial sobre o estado atual e histórico de conformidade das três salas que serão entregues à contratada.

##### **O que o Edital Exige**

Licitante comprove experiência em "manutenção que preserva operacionalidade e estanqueidade"

Licitante assuma responsabilidade por "manutenção conforme padrões técnicos"

Licitante precifique proposta realista

##### **O que o Edital Fornece**

Nenhuma documentação sobre estado atual das salas

Nenhum histórico de manutenção anterior

Nenhuma informação sobre equipamentos com defeito ou não conformidades

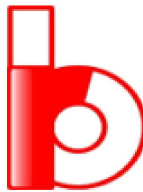
##### **Resultado**

Licitante opera às cegas

Licitante assume responsabilidade por falhas não causadas

Licitante cota valores aleatórios

Especificamente para o Grupo 2 (MDA), o Termo de Referência, Item 3.6, afirma com precisão:



*"Para garantir a continuidade da certificação, a manutenção deve ser executada por empresas especializadas seguindo os requisitos normativos para manter a certificação da Sala Cofre. A certificação assegura que a sala cofre mantém sua resistência a fogo, estanqueidade contra gases e fumaça, proteção contra inundações, impacto e outras ameaças físicas. A perda da certificação poderia comprometer a segurança dos ativos digitais, impactando a integridade da infraestrutura de TIC do MDA."*

Se a Administração reconhece que "perda de certificação é risco material", então deve garantir que:

- 1 - A sala cofre está atualmente em conformidade plena;
- 2 - O histórico de manutenção anterior foi adequado e documentado;
- 3 - A contratada que assumir o serviço herda a sala em estado comprovado.

#### **Fundamentos Jurídicos**

##### **A. Princípio da Transparência e Acesso à Informação - Lei nº 14.133/2021, art. 5º (Princípios Fundamentais):**

*"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da competição, da confidencialidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da efetividade."*

O princípio da publicidade exige que informações críticas sobre o objeto sejam públicas e acessíveis a todos os licitantes. Uma licitação onde alguns licitantes (ou nenhum) possuem informação completa sobre o estado do objeto é opaca e injusta.

##### **B. Princípio da Boa-Fé Contratual - Lei nº 14.133/2021, art. 5º (interpretação sistêmica com arts. 108-117):**

A boa-fé contratual exige que a Administração:

- 1 - Informe estado atual do objeto;
- 2 - Não transfira responsabilidades indevidas ao contratado;
- 3 - Não lucre com a ignorância do contratado sobre condições anteriores.

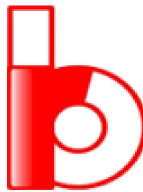
Exigir que a contratada assuma responsabilidade por conformidade que pode ter sido comprometida por manutenção anterior inadequada é violação flagrante de boa-fé.

##### **C. Jurisprudência Aplicável: - TCU - Acórdão 1937/2024 - Plenário:**

*"A Administração deve fornecer informações completas e precisas sobre o objeto da licitação, incluindo histórico de desempenho anterior, para permitir que licitantes avaliem adequadamente os riscos e custos."*

##### **D. Princípio da Isonomia - Lei nº 14.133/2021, art. 14:**

Licitantes que conseguem acessar informação sobre estado anterior das salas (através de relacionamento prévio com MAPA ou conhecimento informal) ganham vantagem competitiva indevida sobre licitantes que não possuem esse acesso.



Para garantir isonomia verdadeira, a Administração deve divulgar publicamente informações sobre:

- 1 - Estado atual de cada sala;
- 2 - Histórico de manutenção anterior;
- 3 - Problemas ou não conformidades conhecidas.

## **2 - DOCUMENTAÇÃO CRÍTICA QUE DEVE SER DIVULGADA PELA ADMINISTRAÇÃO (REFORMULADO)**

A impugnante solicita que o Ministério da Agricultura e Pecuária, MDA e INMET publiquem, antes da abertura da sessão pública (até 10/04/2026 às 10h00), documentação comprobatória nos seguintes termos:

A impugnante solicita ao Ministério da Agricultura e Pecuária que publique Esclarecimento ao Edital contendo as seguintes informações, em formato acessível a todos os licitantes:

### **PARA O GRUPO 2 (MDA) — SALA COFRE COM CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247:**

#### **Item A: Parecer Técnico de Conformidade Atual**

Apresentação de Parecer Técnico Assinado (por responsável técnico da Administração ou terceiro especializado) atestando que a Sala Cofre do MDA está atualmente em conformidade plena com ABNT NBR 15247, incluindo:

- 1 - Estrutura de proteção contra fogo, impacto, inundação;
- 2 - Estanqueidade contra gases, fumaça e umidade;
- 3 - Sistemas de climatização, controle de acesso e monitoramento em funcionamento adequado;
- 4 - Ausência de vazamentos, infiltrações ou danos estruturais;
- 5 - Conformidade com protocolos de manutenção NBR 15247.

#### **Item B: Certificação ABNT NBR 15247 do Último Ano (2025)**

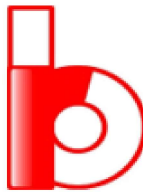
Cópia da Certificação ABNT NBR 15247 válida emitida no ano anterior à licitação (2025), incluindo:

- 1 - Data de emissão;
- 2 - Período de validade;
- 3 - Empresa responsável pela manutenção durante o período certificado;
- 4 - Confirmação de conformidade;
- 5 - Histórico de emissão de RATs (Relatórios de Atividade Técnica) conforme protocolo ABNT PE-047.

#### **Item C: Relação de Equipamentos com Defeito ou Não Conformidades (MDA)**

Listagem clara de qualquer equipamento ou sistema que esteja com defeito, fora de especificação ou com não conformidade conhecida, incluindo:

- 1 - Identificação do equipamento/sistema;
- 2 - Descrição detalhada do problema;
- 3 - Data da detecção;
- 4 - Impacto na operacionalidade da sala e risco para certificação;



5 - Status (em uso, desligado, pendente de reparo).

Exemplo: "UPS modelo X — falha em módulo de carregamento detectada em janeiro/2026; unidade operacional em modo manual; substituição recomendada antes de expiração de certificação em julho/2026."

**PARA OS GRUPOS 1 (MAPA) E 3 (INMET) — SALAS COFRES SEM CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247:**

**Item D: Parecer Técnico de Conformidade Operacional Atual**

Apresentação de Parecer Técnico Assinado (por responsável técnico da Administração ou terceiro especializado) atestando que as Salas Cofres do MAPA e INMET estão operacionais e adequadas para manutenção futura, incluindo:

- 1 - Integridade estrutural (sem rachaduras, infiltrações, danos);
- 2 - Funcionalidade de sistemas críticos (climatização, controle de acesso, CFTV, combate a incêndio);
- 3 - Estanqueidade e resistência a umidade, gases e impacto;
- 4 - Ausência de problemas estruturais que comprometam segurança.

**Item E: Histórico de Manutenção Anterior (MAPA e INMET — Últimos 2 Anos)**

Apresentação de Resumo Técnico contendo:

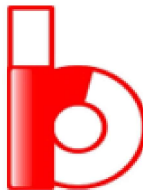
Empresas responsáveis pela manutenção (período 2024-2026), incluindo: Nome e CNPJ da empresa;

- 01 - Período de atuação (datas de início e fim);
- 02 - Escopo de serviços realizados (preventiva, corretiva, preditiva).
- 03 - Frequência de manutenções realizadas (por trimestre), incluindo: Datas de realização;
- 04 - Tipo de manutenção (preventiva, preditiva, corretiva);
- 05 - Equipamentos/sistemas abrangidos.
- 06 - Problemas identificados e resolvidos (últimos 2 anos), incluindo: Descrição do problema;
- 07 - Data de detecção;
- 08 - Solução implementada;
- 09 - Peças/componentes substituídos.
- 10 - Peças substituídas (últimos 24 meses), incluindo: Descrição da peça/componente;
- 11 - Marca e modelo;
- 12 - Data da substituição;
- 13 - Condição de funcionamento pós-substituição.

**Item F: Relação de Equipamentos com Defeito ou Não Conformidades (MAPA e INMET)**

Listagem clara de qualquer equipamento ou sistema que esteja com defeito, fora de especificação, com manutenção pendente ou com operacionalidade comprometida, incluindo:

- 1 - Identificação do equipamento/sistema;
- 2 - Descrição detalhada do problema;
- 3 - Data da detecção;
- 4 - Impacto na operacionalidade da sala;
- 5 - Status atual (operacional com restrição, não operacional, em reparo);



Prognóstico de substituição/reparo (data estimada se disponível).

Exemplos:

"Detector de incêndio modelo Y (ala B) — detectores fora do prazo de inspeção desde dezembro/2025; funcionamento mantido; substituição agendada para março/2026."

"Climatizador modelo Z — compressor com ruído anormal; operacional mas com redução de 15% de eficiência; peça sobressalente em falta."

#### Justificativa Detalhada da Exigência

Razão	Explicação Jurídica e Prática
Posse de Informação	Apenas a Administração possui registros históricos de manutenção, conformidade e estado atual das salas. Licitantes não têm acesso a estes dados internos.
Responsabilidade Administrativa	Conforme Lei nº 14.133/2021, art. 5º (proibição administrativa), a Administração é responsável por zelar pelos bens públicos, incluindo documentação de seu estado.
Risco de Transferência Indevida	Exigir que licitante comprove conformidade anterior é transferir responsabilidade administrativa para setor privado. A contratada não pode ser responsabilizada por manutenção inadequada anterior.
Avaliação de Risco Realista	As Licitantes precisam de informação completa para avaliar corretamente custos e riscos técnicos. Sem informação, cotam valores especulativos ou inflacionados.
Jurisprudência TCU	Acórdão 1937/2024 reforça que Administração deve fornecer informações precisas e completas sobre objeto da licitação.
Transparência Pública	Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) obriga divulgação de informações de interesse público. Estado de infraestrutura crítica é informação pública relevante.
Isonomia Verdadeira	Se informação é conhecida por alguns licitantes (relacionamento prévio) e não por outros, há violação de isonomia. A Publicação equaliza a informação.

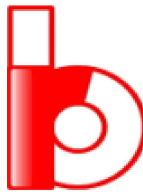
#### Impacto Prático

Cenário Atual (SEM documentação):

As licitantes não têm conhecimento do real estado das salas;

As Licitantes especulam sobre custos de remediar não conformidades;

Propostas com preço inflacionado para cobrir riscos desconhecidos;



A Administração escolhe proposta mais barata (que pode ser insuficiente);  
A Contratada assume sala em estado pior que o esperado;  
Conflito contratual sobre quem paga por remediar conformidade anterior;  
Perda de conformidade ou atrasos no cumprimento de obrigações.

Cenário com Documentação (CONFORME requerido):

Licitantes conhecem estado exato das salas;  
Precificação realista do custo de manutenção futura;  
Proposta tecnicamente fundamentada e adequada ao risco real;  
Contrato claro sobre responsabilidades: Administração garantiu estado X em data X;  
A Contratada assume manutenção futura a partir desse ponto;  
Ausência de conflitos sobre conformidade anterior;  
Execução contratual tranquila e previsível.

#### **Fundamentos legais:**

Transparência e Publicidade - Art. 5º, Lei nº 14.133/2021  
Boa-Fé Contratual - Art. 5º + 108-117, Lei nº 14.133/2021  
Isonomia - Art. 14, Lei nº 14.133/2021  
Direito de Impugnação - Art. 41, §1º, Lei nº 14.133/2021  
Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011  
Acórdão 1937/2024 - TCU – Plenário - Contratação de Salas Cofre  
Acórdão 2448/2023 – TCU - Transparência em Licitações

### **3 – CONCLUSÃO**

A impugnante REQUER ao Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Instituto Nacional de Meteorologia (INMET):

Publicação de ESCLARECIMENTO AO EDITAL (conforme art. 41, §1º, Lei nº 14.133/2021), contendo documentação de conformidade histórica e atual das três salas cofres, conforme especificado acima, incluindo:

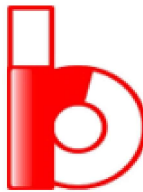
- 01 - Pareceres Técnicos de Conformidade Atual (Itens A, D);
- 02 - Certificação ABNT do Último Ano (2025) (Item B — MDA);
- 03 - Histórico de Manutenção Anterior (2024-2026) (Item E — MAPA e INMET);
- 04 - Relação de Equipamentos com Defeito (Itens C, F — todas as salas).

Requerimento Subsidiário:

Caso a Administração alegue indisponibilidade de documentação específica, que divulgue isto formalmente em Esclarecimento ao Edital, reconhecendo explicitamente que:

Documentação [especificar qual] não está disponível;  
Licitantes participam, assumindo riscos decorrentes da documentação indisponível;  
A Administração não garante conformidade total das salas anteriores à assinatura do contrato.

Embora esta solução seja inadequada sob perspectiva de boa-fé e transparência, assegura clareza mínima sobre riscos.



A ausência de documentação de conformidade histórica e atual é vício procedural grave que compromete a capacidade de licitantes avaliarem adequadamente o objeto e precificarem propostas de forma responsável.

A Administração é responsável por garantir que licitantes possuem informação completa e precisa sobre:

Estado atual das salas cofres;  
Histórico de manutenção anterior;  
Problemas ou não conformidades conhecidas.

Esta documentação é obrigação legal da Administração (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.527/2011) e direito fundamental dos licitantes (isonomia, boa-fé, transparência).

A empresa Rocha Bressan Energia e Tecnologia LTDA., como empresa especializada em infraestruturas críticas, responsavelmente não precifica proposta sem conhecimento completo dos riscos técnicos envolvidos. A divulgação desta documentação é essencial para garantir processo licitatório justo, transparente e tecnicamente adequado.

Limitados ao exposto, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDUSTRIA  
E COMERCIO LTD:26415117000120

Assinado de forma digital por ROCHA BRESSAN ENGENHARIA  
INDUSTRIA E COMERCIO LTD:26415117000120  
Dados: 2026.04.06 18:34:16 -03'00'

Brasília/DF, 06 de abril de 2026.